



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Chefia de Gabinete**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 020.00005494/2025-19

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Data: 06 de novembro de 2025

Horário: 09h00

Local: Plenário "Prof. Paulo Nogueira-Neto", Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 6, 1º andar, São Paulo/SP

Modalidade: Híbrida, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da SEMIL no YouTube

Coordenação: Casa Civil

Secretaria Executiva: SEMIL

1. ABERTURA

1.1. O Sr. Carlos Junqueira Cardozo declarou aberta a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, após verificação de quórum.

1.2. A reunião foi coordenada por Mauro Benedito de Santana Filho, representante titular da Casa Civil, que deu as boas-vindas aos conselheiros e demais participantes, destacando a importância da continuidade dos trabalhos do Conselho no acompanhamento das políticas públicas relacionadas à agenda climática estadual.

1.3. Foi registrada a presença dos(as) conselheiros(as) Carlos Roberto Junqueira Cardozo (Casa Civil), Carina Dolabella Pereira (Semil), Nicoli Lourenço Retke (SDE), Alberto Pereira Gomes Amorim (SAA), Manoel Marcos Botelho (STM), Luís Marcelo Marcondes Pinto (ANAMMA/SP), Marcelo Pereira Manara (ANAMMA/SP), Laís Bonafé Marcondes Pereira (ANAMMA/SP), Eduardo Trani (RMSP), Claudia Ikebara (RMBS), Newton La Scala Junior (UNESP), Roberto Donato da Silva Junior (UNICAMP), Jorge Luiz Silva Rocco (FIESP) e Juliana Carvalho Rodrigues (FIESP).

1.4. Carina Dolabella (Semil) agradeceu a presença de todos e o apoio para a realização do Summit São Paulo Agenda mais Verde realizado nos dias 4 e 5 de novembro.

1.5. O Coordenador Mauro Benedito de Santana Filho destacou a realização do Summit São Paulo Agenda mais Verde, parabenizando a organização.

1.6. Foi informado sobre a publicação das nomeações de Newton La Scala Junior, como titular da UNESP, em complementação ao mandato de José Alexandre de Jesus Perinotto, e de Gabriela Melo dos Santos, como suplente do Instituto Internacional Arayara, em

complementação ao mandato de Anton Altino Schweiter.

1.7. Foi informado que se aguarda nova indicação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a suplência em complementação ao mandato de Márcio da Silva Queiroz.

1.8. Foi informado, ainda, sobre a publicação da Moção CEMC nº 01/2025, referente à observância de medidas de adaptação e resiliência no licenciamento da Etapa 4 do Polo Pré-sal da Bacia de Santos, no Diário Oficial do Estado, bem como seu encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA, em 20/10/2025.

2. EXPEDIENTE PRELIMINAR

2.1. Aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária

2.2. A ata da 2ª Reunião Ordinária foi submetida à apreciação e aprovada por unanimidade.

2.3. Informes da Coordenação

2.4. Carina Dolabella (SEMIL) apresentou informes referentes aos trabalhos e principais acontecimentos do período, com menção a iniciativas relacionadas à agenda climática estadual, acordos e parcerias institucionais, programas de reflorestamento e restauração, instrumentos de financiamento climático, ações de capacitação, bem como atividades preparatórias para a Conferência das Partes da Convenção do Clima.

2.5. **Assuntos gerais**

2.6. Eduardo Trani (SDUH) relatou a participação da pasta no Summit SP+Verde, mencionando debates sobre resiliência urbana, áreas de risco, soluções baseadas na natureza, divulgação dos cadernos de tipologias modulares para municípios e projetos de cidades sustentáveis. Destacou a agenda das cidades, a ser apresentada na COP30.

2.7. Marcelo Manara (ANAMMA) registrou a participação no Summit SP+Verde e ressaltou a relevância das pautas municipalistas e do alinhamento entre municípios e a SEMIL, mencionando iniciativas municipais que serão apresentadas no âmbito da Conferência do Clima

2.8. Juliana Carvalho Rodrigues (FIESP) relatou a participação em painéis do Summit SP+Verde, abordando temas relacionados à descarbonização, transição energética e finanças verdes, e mencionou iniciativas do SENAI nas áreas de eficiência energética e economia circular.

2.9. Newton La Scala Junior (UNESP) agradeceu a posse como conselheiro e colocou-se à disposição do Conselho.

2.10. **Proposta de inversão de pauta**

2.11. Foi proposta e aprovada a inversão da ordem das apresentações dos Programas Mar Sem Lixo e Plano de Combate ao Lixo no Mar, na Ordem do Dia.

3. ORDEM DO DIA

3.1. Gestão de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico no Estado de São Paulo – Programas e Projetos Estratégicos

3.2. Diogo Sarmento Lessa, Coordenador Operacional de Resíduos Sólidos da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da SEMIL, apresentou um panorama das políticas estaduais de resíduos sólidos, destacando a atuação do Estado na organização, fiscalização e apoio aos municípios. Foram detalhados o Programa Integra Resíduos, estudos regionais conduzidos pela FIPE para viabilidade de concessões, capacitações da FIA para coleta seletiva, a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, a regulamentação da Lei de Grandes Eventos, o chamamento público do FECOP para equipamentos municipais e a futura tomada de subsídios para nova regulamentação estadual de logística reversa.

3.3. Na sequência, Marcelo Manara (ANAMMA) ressaltou os desafios da implementação da logística reversa no âmbito municipal e destacou a importância do

alinhamento entre as políticas estaduais e a gestão local, manifestando interesse da entidade em acompanhar e colaborar com o processo.

3.4. Alberto Amorim (SAA) compartilhou a experiência do setor agropecuário na logística reversa de embalagens, destacando a relevância de marcos legais claros para a efetividade desses instrumentos e colocando-se à disposição para contribuir com o debate.

3.5. Jorge Rocco (FIESP) levantou questionamento acerca dos prazos da tomada de subsídios, considerando o período de final de ano.

3.6. Em resposta, Cristiano Kenji (SRHS/SEMIL) prestou esclarecimentos sobre o histórico do Estado de São Paulo na implementação da logística reversa e informou que o prazo da tomada de subsídios, quando de sua abertura, poderá ser ajustado de forma a ampliar a participação dos diferentes setores e municípios.

3.7. **Programa Mar sem Lixo**

3.8. Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo da Fundação Florestal, apresentou o Programa Mar Sem Lixo, com ações de Pagamento por Serviços Ambientais a pescadores, educação ambiental e monitoramento científico, visando reduzir a poluição marinha e fortalecer a governança costeira. Com abrangência em 15 municípios e três APAs, o programa já retirou 110 toneladas de resíduos (principalmente plásticos), mobilizou 310 pescadores, investiu R\$ 900 mil em pagamentos por serviços ambientais e gerou dados relevantes sobre origem e composição dos resíduos.

3.9. Jorge Rocco (FIESP) solicitou esclarecimentos sobre o encaminhamento dos resíduos coletados e sobre a possibilidade de sua inserção em cadeias de reaproveitamento e economia circular.

3.10. Marcelo Manara (ANAMMA) manifestou-se destacando a relevância do programa e apontou a importância de fortalecer estratégias de prevenção, responsabilização e engajamento dos grandes geradores de resíduos, bem como de ampliar ações estruturantes e normativas para enfrentamento da poluição marinha.

3.11. Marcelo Marcondes (ANAMMA) reforçou a necessidade de atuação integrada entre Estado e municípios, ressaltando o papel da gestão municipal de resíduos sólidos, das compras públicas sustentáveis e de ações de sensibilização e capacitação, colocando a entidade à disposição para colaborar com iniciativas conjuntas.

3.12. Rodrigo Levkovicz apresentou observações complementares às manifestações dos conselheiros, informando sobre os limites de reaproveitamento dos resíduos coletados e o encaminhamento aos sistemas licenciados quando inviável a reciclagem.

3.13. **Plano de Combate ao Lixo no Mar**

3.14. Vitória Scrich, Assessora da Diretoria de Resíduos Sólidos da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da SEMIL apresentou o desenvolvimento do Plano Estadual de Combate ao Lixo no Mar, destacando a relação entre poluição marinha e mudanças climáticas. O plano se baseia no convênio com a USP iniciado em 2018, que gerou o Plano de Monitoramento e a Estratégia Estadual de Combate ao Lixo no Mar, ambos construídos de forma participativa.

3.15. A apresentação abordou os principais eixos de atuação do plano, incluindo prevenção, circularidade, remoção e recuperação de resíduos, educação ambiental, ciência e inovação, governança, monitoramento e financiamento, bem como a previsão de consultas e audiências públicas para o aprimoramento da proposta.

3.16. O Coronel Mauro Benedito de Santana Filho ressaltou a importância da integração entre políticas públicas, instrumentos de planejamento e compras públicas sustentáveis, destacando o papel dos municípios e o alinhamento do tema com diretrizes legais e compromissos nacionais e internacionais.

3.17. Marcelo Manara (ANAMMA) complementou as manifestações, destacando experiências municipais relacionadas à certificação e à gestão sustentável, e colocou-se à disposição para colaborar na disseminação de boas práticas no âmbito municipal.

3.18. Iniciativas da CETESB: Índices de qualidade de aterros, Painel Dinâmico de Logística Reversa e EcoMapa

3.19. Regiane Tiemi Teruya Yogui (CETESB) apresentou iniciativas da Companhia voltadas à transparência e ao aprimoramento da gestão de dados relacionados à logística reversa, com destaque para a disponibilização de orientações e bases públicas na página institucional, bem como para o Painel Dinâmico de Logística Reversa, que consolida resultados declarados por sistemas e setores acompanhados pela CETESB.

3.20. Na sequência, apresentou o EcoMapa CETESB, aplicação que disponibiliza ao público a localização de pontos de entrega de resíduos sujeitos à logística reversa, com funcionalidades de busca por CEP, direcionamento por mapa e canal de denúncias para validação das informações.

3.21. Por fim, apresentou informações sobre o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos, elaborado pela CETESB desde 1997, com base em inspeções e metodologia padronizada que resulta no Índice de Qualidade de Aterros (IQR) e demais indicadores, mencionando a evolução observada nos relatórios mais recentes.

3.22. Na sequência, Marcelo Manara (ANAMMA) parabenizou a CETESB pelas ferramentas apresentadas e compartilhou reflexões sobre os desafios relacionados à consolidação e ao uso das informações de logística reversa no âmbito municipal, manifestando interesse em aprofundar o diálogo técnico e ações de capacitação. Também solicitou esclarecimentos sobre a abordagem adotada pelo Estado em relação à caracterização de áreas de disposição final e aos critérios utilizados no inventário.

3.23. Regiane Yogui esclareceu que o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos adota metodologia técnica padronizada, baseada na avaliação de aspectos estruturais, operacionais e ambientais dos locais de disposição final, resultando em enquadramento quanto à adequação. Cristiano Kenji (SRHS/SEMIL) complementou os esclarecimentos quanto à metodologia e aos critérios utilizados no inventário.

3.24. Marcelo Manara (ANAMMA) destacou, ainda, a relevância do tema das emissões associadas a aterros sanitários e mencionou iniciativa municipal em desenvolvimento voltada à mensuração de emissões fugitivas, colocando-se à disposição para, se oportuno, apresentar a experiência ao colegiado.

3.25. Inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis no contexto da Justiça Climática

3.26. Anderson Nassif (ANCAT) abordou a inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis como aspecto relevante da justiça climática, destacando a contribuição do setor para a mitigação das emissões e, simultaneamente, sua elevada vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas.

3.27. O expositor destacou a importância do reconhecimento institucional da atividade, da participação dos catadores nos sistemas de logística reversa, da ampliação de investimentos em infraestrutura e capacitação, bem como da adoção de mecanismos de remuneração e incentivo que valorizem os serviços ambientais prestados. Apontou, ainda, a relevância de incorporar a dimensão socioeconômica dos catadores nos instrumentos de planejamento climático, incluindo ações de mitigação, adaptação e justiça climática.

3.28. Na sequência, Jorge Rocco (FIESP) parabenizou a apresentação e ressaltou a importância do diálogo contínuo com a ANCAT e demais atores envolvidos, destacando os desafios e oportunidades para ampliar a inclusão dos catadores no contexto da economia circular.

3.29. Cristiano Kenji (SRHS/SEMIL) agradeceu as contribuições e destacou que as políticas e instrumentos em desenvolvimento no âmbito da Secretaria consideram a participação dos catadores, mencionando iniciativas relacionadas à capacitação, à logística reversa e à regulamentação de instrumentos setoriais.

3.30. Em complemento, foram registradas considerações acerca da existência de cadastro estadual de cooperativas de catadores e da relevância de ampliar o alcance das iniciativas de logística reversa, com esclarecimentos prestados pela área técnica quanto ao estágio atual do tema.

3.31. O potencial do Biometano a partir de resíduos urbanos.

3.32. Danilo Perecin, Diretor de Energia da Subsecretaria de Energia e Mineração da SEMIL, apresentou o biometano como vetor estratégico para a descarbonização, destacando seu papel na redução de emissões de gases de efeito estufa, especialmente por meio do aproveitamento energético de resíduos orgânicos e da captura do metano gerado em aterros sanitários e sistemas de tratamento de efluentes.

3.33. O expositor contextualizou o biometano como combustível renovável equivalente ao gás natural, com potencial de aplicação nos setores de transporte, indústria e geração de energia, ressaltando a relevância do aproveitamento de resíduos urbanos e agroindustriais como solução integrada de gestão de resíduos e transição energética. Apresentou dados sobre o potencial e a capacidade instalada no Estado de São Paulo, indicando a liderança estadual na produção de biometano e a expansão prevista no curto prazo.

3.34. Foram destacadas iniciativas do Governo do Estado voltadas ao fomento do setor, incluindo a padronização e a agilização dos procedimentos de licenciamento ambiental, medidas de incentivo à adoção do biometano em frotas veiculares, estudos para viabilização da conexão das plantas à rede de distribuição de gás e ações de articulação entre agentes públicos e privados para atração de investimentos. Também foram mencionadas alternativas complementares, como o uso de biodigestores descentralizados, com benefícios associados à redução de emissões, ao aproveitamento energético e à ampliação da vida útil dos aterros.

3.35. Na sequência, Marcelo Manara (ANAMMA) registrou experiências municipais relacionadas ao aproveitamento energético de resíduos e ao desenvolvimento de projetos de biogás e biometano, destacando iniciativas em curso e manifestando reconhecimento aos avanços observados no Estado. Também fez registro complementar sobre iniciativas recentes de inclusão de catadores em projetos de reciclagem, ressaltando a importância de experiências positivas no fortalecimento da economia circular.

4. ENCERRAMENTO

4.1. O Coordenador Coronel Mauro Santana Filho agradeceu as apresentações realizadas, destacando a contribuição dos temas abordados para o fortalecimento do diálogo e da articulação entre políticas públicas ambientais e climáticas no Estado de São Paulo. Ressaltou o papel do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas como espaço de convergência das ações setoriais, em alinhamento aos instrumentos da política climática estadual.

4.2. Agradeceu a participação dos conselheiros, das equipes técnicas e dos convidados, registrando a relevância das contribuições apresentadas ao longo da reunião.

4.3. Não havendo mais manifestações, o Sr. Carlos Junqueira Cardozo declarou encerrada, às 12h28 do dia 6 de novembro de 2025, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas.

4.4. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente ata.

5. ANEXO

5.1. [Gravação em vídeo](#) e [transcrição integral das falas](#) da 4ª Reunião Ordinária do

NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA

Secretária de Estado

Secretária Executiva do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas



Documento assinado eletronicamente por **Natália Resende Andrade Ávila, Secretária de Estado**, em 07/06/2026, às 20:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0107577599** e o código CRC **67A3FC24**.